



MULHERES JORNALISTAS E DITADURA CIVIL- MILITAR NO BRASIL: DEBATES DE GÊNERO E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NO JORNALISMO INVESTIGATIVO

[ARTIGO]

Cândida de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina.

Criselli Montipó

Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Escola de Comunicação e Artes

Magali Moser

Universidade Federal de Santa Catarina.

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Frente às desigualdades de gênero, este trabalho reflete sobre atuações e contribuições de mulheres repórteres na investigação jornalística. Analisa métodos de apuração, fontes consultadas e a composição narrativa a partir de um corpus formado por três livros-reportagem de jornalistas investigativas sobre a ditadura civil-militar brasileira. Inicialmente, foram identificados 22 livros com este perfil, publicados entre 1986 e 2018, a partir de levantamento de 125 livros de autoria de jornalistas envolvendo a temática. Para uma análise detalhada e aprofundada, a pesquisa se concentra em movimentos da análise crítica da narrativa (MOTTA, 2013), a fim de alcançar um panorama sobre as contribuições de mulheres jornalistas na investigação do período autoritário. Os dados denotam uma participação ainda tímida, mas fundamental para a reconstituição mais plural de memórias e histórias de resistência à ditadura, com ênfase em possibilidades estéticas.

Palavras-chave: Mulheres repórteres. Jornalismo investigativo. Ditadura civil-militar brasileira. Livro-reportagem. Gênero.

In the face of gender inequalities, this paper reflects on the actions and contributions of women reporters in journalistic investigation. It analyzes methods of investigation, sources consulted, and narrative composition based on a corpus of three investigative reporting-book on the Brazilian civil-military dictatorship. Initially, 22 books with this profile were identified, published between 1986 and 2018, based on a research that mapped 125 books of journalists involving the subject. For a detailed and in-depth analysis, the study focuses on narrative critical analysis in order to reach an overview of the contributions by women journalists in the investigation of the authoritarian period. The data denote a still timid but fundamental participation for the more plural reconstitution of memories and stories of resistance to dictatorship, with an emphasis on aesthetic possibilities.

Keywords: Women reporters. Investigative journalism. Brazilian civil-military dictatorship. Reporting-book. Genre.

Frente a las desigualdades de género, el presente trabajo reflexiona sobre las acciones y contribuciones de las mujeres reporteras en la investigación periodística. Analiza los métodos de averiguación, las fuentes consultadas y la composición narrativa a partir de un corpus de tres reportajes de periodistas de investigación sobre la dictadura cívico-militar brasileña. Inicialmente, se identificaron 22 libros con este perfil, publicados entre 1986 y 2018, a partir de una compilación de 125 libros de periodistas sobre el tema. Para un análisis detallado y profundo, la investigación se centra en los movimientos de análisis crítico de la narrativa (MOTTA, 2013), con el fin de lograr un panorama de las contribuciones de las mujeres periodistas en la investigación de lo período autoritario. Los datos apuntan una participación aún tímida, pero fundamental para la reconstitución más plural de memorias e historias de resistencia a la dictadura, con énfasis en las posibilidades estéticas.

Palabras clave: Mujeres reporteras. Periodismo investigativo. Dictadura cívico-militar brasileña. Libro-reportero. Género.

Introdução

O debate em torno do jornalismo investigativo é recente no país. Ao que tudo indica, a expressão aparece pela primeira vez na literatura jornalística brasileira em *O papel do jornal*, de Alberto Dines (MELO, 2015; SEQUEIRA, 2005), publicado originalmente em 1974. Nesse texto, considerado um clássico nas escolas de comunicação, Dines (1986, p. 92) não abordou exclusivamente a prática investigativa, mas estabeleceu uma primeira definição, entendendo-a não apenas como “jornalismo de sensações ou de escândalos”, mas relacionada “com o jornalismo interpretativo ou analítico, pois, ao inquirir sobre as causas e origens dos fatos, busca também a ligação entre eles e oferece a explicação da sua ocorrência”. O autor já questionava naquele momento o rótulo de denúncia ainda associado ao jornalismo investigativo, ressaltando o caráter diverso de abordagens deste tipo de fazer. “Ao praticá-lo, necessariamente, não se obriga a postura de denúncia. Ele pode comportar uma atitude grave, estudiosa e, sobretudo, responsável” (Ibidem, p. 92).

Passados mais de 40 anos, a contribuição de mulheres repórteres a essa modalidade de jornalismo no Brasil é raramente tema de estudo e de referência na bibliografia do campo. Em *Jornalismo investigativo* (2003), por exemplo, além dos próprios autores, dos 17 jornalistas investigativos com atuação no Brasil apresentados, apenas duas são mulheres: Mônica Teixeira e Mariângela Haswani. Mesmo nos livros escritos por pesquisadoras, como *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*, de Cleofe de Sequeira (2005), destaca-se o

trabalho de jornalistas homens em detrimento da atuação das repórteres.¹ A ausência da temática de gênero nas pesquisas em jornalismo começa a ser rompida com mais intensidade apenas nos últimos anos.² Esse quadro se relaciona com silenciamentos no exercício profissional e no próprio fazer jornalístico ao priorizar certas fontes e temas, e ao reproduzir desigualdades de gênero (LAGO, 2016). Nesse sentido, Vieira e Rocha (2016) examinam como se dava a invisibilidade das mulheres jornalistas investigativas durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Tendo como recorte reportagens vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo no período, as autoras identificaram uma presença maior da participação “feminina” nas premiações das categorias regionais, que não contemplavam necessariamente reportagens investigativas, e uma menor representação nas premiações de maior destaque, já na fase de declínio do período ditatorial. Isso não significa, porém, conforme concluem as autoras, que as repórteres não produziam conteúdo investigativo. Os trabalhos delas é que eram pouco referenciados e divulgados, sendo muitos deles ainda hoje desconhecidos, salvo raras exceções. Valorizar a atuação de mulheres repórteres nos estudos do jornalismo investigativo sobre a ditadura é, portanto, uma forma de romper silenciamentos.

Marcada por forte censura, repressão e violência, a ditadura foi um dos

1 O livro de Sequeira (2005) apresenta como base os trabalhos e opiniões dos repórteres investigativos Percival de Souza, Rubens Valente, Fernando Rodrigues, Frederico Vasconcelos e Antônio Carlos Fon.

2 Alguns exemplos são as pesquisas de Almeida (2018), Costa (2018) e Veiga (2014).

períodos mais difíceis para a prática jornalística e, de modo particular, para o exercício investigativo pela imprensa. Mas lembrar dos desafios impostos pelo governo autoritário “não equivale a dizer [...] que nesse período não houve reportagens investigativas” (NASCIMENTO, 2010, p. 42), como se confirma em *10 reportagens que abalaram a ditadura* (2005). De todo modo, a retomada democrática em 1985 inaugura um novo contexto para a prática do jornalismo, possibilitando inclusive novas investigações sobre fatos do período anterior.

Entretanto, algumas dificuldades estruturais permanecem. No contexto atual, de acordo com a ONG internacional Reporters sans Frontiers (2016), o país é um dos mais violentos da América Latina para a atividade jornalística. A alta concentração da propriedade dos meios, a ausência de mecanismos eficazes de proteção para repórteres em situação de risco, o clima de impunidade e a baixa tradição democrática, abalada com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, desafiam a tarefa de jornalistas. Para as repórteres, a situação é ainda pior. A especificidade do risco assumido por elas no exercício profissional é observada por entidades internacionais. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura reconhece que as mulheres jornalistas são vítimas de um duplo ataque, tanto por serem mulheres como por serem jornalistas (UNESCO; REPORTEROS SIN FRONTERAS, 2017). Na prática do jornalismo investigativo, as condições agravam-se diante das atitudes discriminatórias e preconceituosas dispensadas historicamente às repórteres investigativas (CHAMBERS, 2008).

Este artigo³ aborda a atuação de mulheres repórteres no jornalismo investigativo e suas contribuições na investigação da ditadura civil-militar brasileira. O estudo toma como objeto de investigação a narrativa das reportagens investigativas sobre casos relacionados à ditadura publicadas em livro-reportagem. O enfoque teórico considera que um dos princípios desta forma de fazer jornalismo é revisar fatos históricos, “analisando-os com o olhar de hoje” (SEQUEIRA, 2005, p. 116). Além disso, observa que “o resultado do trabalho da reportagem investigativa acaba sendo a produção de textos extensos que, quando ultrapassam os espaços destinados para sua publicação nos jornais ou revistas, são editados no formato de livro” (AGUIAR, 2013, p. 221).

Diante disso, refletir sobre a atuação das mulheres jornalistas na prática investigativa e compreender suas contribuições na investigação de casos relacionados à ditadura civil-militar brasileira constituem o objetivo geral deste estudo. De modo específico, o artigo pretende: 1) debater o jornalismo investigativo em relação aos direitos humanos e à perspectiva de gênero, problematizando desigualdades vinculadas à atuação de repórteres investigativas; 2) apresentar um levantamento de reportagens investigativas sobre fatos ligados à ditadura civil-militar brasileira, de autoria de mulheres jornalistas e publicadas

³ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no 5º Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado na cidade de São Paulo, em 27 de junho de 2018. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001.

em livro; 3) analisar as contribuições de mulheres repórteres na produção do jornalismo investigativo a partir da temática apresentada. Consideramos contribuições aspectos relacionados tanto ao processo de investigação quanto à forma de dar inteligibilidade aos resultados obtidos.

Para tanto, recorreremos à pesquisa bibliográfica sobre jornalismo, democracia e direitos humanos, estudos de gênero e ditadura civil-militar; mapeamos um conjunto de livros-reportagem que, em contexto democrático, ilustram a atuação das mulheres no jornalismo investigativo sobre casos da ditadura; e realizamos uma análise da narrativa de três livros-reportagens, a partir da proposta de Motta (2013). O emprego deste referencial metodológico possibilita, conforme o autor, “interpretar criticamente a configuração dos enredos e intrigas, compreender as estratégias de uso da linguagem [...], o conteúdo de fundo ético, moral e ideológico e os efeitos de sentido” (Ibidem, p. 9) presentes nas narrativas jornalísticas. A perspectiva conceitual e epistemológica adotada pelo autor privilegia uma noção de narrativa como um processo comunicativo e, portanto, um dispositivo argumentativo entre interlocutores. Motta salienta ainda que a composição da narrativa é heterogênea e configurada a partir de correlações de poder e disputas pela interpretação do “sentido público” dos eventos.

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, visto que não há estudos sistematizados sobre essa atuação e produção específicas de mulheres jornalistas. Frente ao apagamento e falta de visibilidade das mulheres no exercício do jornalismo investigativo, buscamos um pensamento mais plural acerca deste fazer jornalístico específico.

O texto está organizado em duas seções. A primeira focaliza o debate das noções e abordagens que norteiam este estudo. A segunda apresenta um panorama geral da atuação de mulheres jornalistas em investigações sobre a ditadura. A primeira seção retoma as abordagens de jornalismo investigativo em diálogo com seus preceitos fundamentais como democracia, cidadania e cobertura de direitos humanos. Em subseções, retoma o contexto e produções de jornalismo investigativo durante a ditadura civil-militar brasileira, com destaque à atuação de mulheres jornalistas, e adentra no debate sobre a relação entre mulheres, gênero e jornalismo.

A segunda seção apresenta um panorama geral das investigações sobre a ditadura, a partir de um conjunto de livros-reportagem de autoria de mulheres jornalistas, publicados entre 1992 e 2016. Apresentamos ainda a análise da narrativa de três reportagens que constituem uma amostra dessa atuação, destacando as contribuições das autoras na investigação da ditadura. Ao final, vamos trazer à discussão inferências sobre uma possível chave ética e estética para compreensão dessas contribuições.

Jornalismo investigativo, democracia e direitos humanos

O trabalho jornalístico investigativo apresentado em formato de reportagem costuma ser considerado um dos mais valorizados entre a categoria. No livro *A prática da reportagem*, o premiado jornalista

Ricardo Kotscho (1986, p. 35) refere-se a este como “ramo da reportagem mais difícil e, talvez por isso mesmo, o mais fascinante”. De acordo com Kotscho, esta modalidade se caracteriza pela descoberta e narrativa daquilo que se quer esconder da opinião pública: “Nos tempos da ditadura de 64, mas não só neles, os poderosos de plantão foram levantando barreiras para impedir que a sociedade ficasse sabendo o que se estava passando” (Ibidem, p. 35). Embora longe de ser consenso entre a categoria, estamos de acordo com a ideia de que o jornalismo de investigação se diferencia do jornalismo diário e requer o cumprimento de certos pressupostos. Lopes e Proença (2003, p. 12) enumeram três requisitos para que um trabalho jornalístico seja considerado, de fato, de investigação:

1. que a investigação seja resultado do trabalho do jornalista, não informação elaborada por outras áreas; [...] 2. que o objetivo da investigação seja razoavelmente importante para grande parte da população, não, por exemplo, para os interesses de determinados setores;
3. que os investigados tentem esconder esses dados do público.

O reconhecimento do jornalismo investigativo passa, portanto, pela compreensão de que as investigações sejam de interesse público. Não se pode ignorar que as funções atribuídas à imprensa são legitimadas a partir da relação simbiótica entre jornalismo, democracia, cidadania e direitos humanos, constituída desde os processos de luta pela liberdade e por regimes democráticos em diversos países, nos séculos XVII e XVIII (TRAQUINA, 2012). Sendo o jornalismo uma prática social mediadora de sentidos (MEDINA, 1982), a práxis jornalística

encontra sua legitimidade ao participar da garantia dos princípios democráticos, ainda que indiretamente.

Como construção social e histórica, a luta por democracia tem impulsionado diversos aspectos da vida em sociedade. Abdalla (2017) destaca que a forma democrática de governança foi a que por mais tempo esteve presente na história da espécie humana, mesmo antes da Grécia Antiga. No entanto, em sua gênese clássica, já se mostrava excludente.⁴ Na Idade Média os temas políticos e sociais – embora fundamentais na contemporaneidade – não tiveram espaço de debate, por isso, durante o obscuro período medieval o termo cidadão desaparece, justamente quando há legitimação religiosa e monárquica. A despeito de tantas limitações, a ideia de cidadania retoma espaço com o surgimento do burguês no Renascimento (século XVI), quando, nas passagens para a modernidade, a ideia de democracia retoma fôlego, conforme Abdalla (2017). É neste período, também, que o jornalismo vai tomando forma de atividade e, a partir dos séculos XVII e XVIII, desenvolve-se no bojo do capitalismo, como necessidade social para garantia da democracia e da cidadania, tornando-se profissão inerente à vida social nos séculos XIX e XX. Não à toa, Marx evidencia que sem a liberdade de imprensa estão em risco todas as liberdades. Advertia o revolucionário: “A imprensa em geral é a consumação da liberdade humana” (MARX, 2006, p. 45).

⁴ Para os escravos não havia *pólis*, ou seja, cidadão podia ser apenas o homem livre que participava de uma comunidade. A visão excludente da democracia grega abre espaço para a república romana, conforme Botelho e Schwarcz (2012).

Portanto, caberia à imprensa fiscalizar governos e instituições com intuito de proteger os cidadãos contra eventuais abusos de poder e fornecer a eles informações necessárias para o desempenho das suas responsabilidades cívicas.

No caso brasileiro essa relação é bastante recente, tendo-se em vista que os períodos de democracia estão restritos a cerca de quatro décadas, quando, no entanto, os preceitos democráticos não foram adotados plenamente. Assim, uma cultura não democrática está na gênese da formação da cidadania brasileira (BERAS, 2013). Para se compreender a cidadania como garantia dos direitos humanos⁵ no Brasil, é preciso, alerta Bonamigo (2000), necessariamente, reconhecer o poder pessoal sobre o qual se assenta o autoritarismo e o coronelismo, suportes da legitimidade política no Brasil. Afinal, a imprensa brasileira desempenhou um importante papel e frequentemente ambíguo nos processos de redemocratização. Por outro lado, “é indiscutível que se deve ao exercício do jornalismo a revelação de uma série de irregularidades, arbitrariedades, abusos e crimes, trazendo consigo, embora com frequência menor que a desejável, importantes consequências políticas” (MORETZSOHN, 2007, p. 144). O jornalismo investigativo encontra sustentação nesses processos.

5 Dentro desse contexto, permeia neste trabalho o entendimento de que os direitos humanos devem ser observados como o conjunto articulado e interdependente dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, “fundados, para além da ideia de universalidade, no princípio da indivisibilidade e no horizonte da internacionalização, condição indispensável para a luta pela construção de uma cidadania global” (MONDAINI, 2009, p. 12).

A investigação jornalística se diferencia das outras práticas pelo processo de trabalho e estratégias envolvidas na fase de apuração (SEQUEIRA, 2005). Para a autora, há a necessidade de quatro elementos básicos para o jornalismo investigativo cumprir sua função social: contexto democrático; funcionamento das instituições estatais no sentido de resolver as mazelas denunciadas; independência dos meios de comunicação; e que o trabalho investigativo seja regido pela ética. Além do processo de trabalho, caracterizado por elementos particulares, esta modalidade jornalística parece se diferenciar inclusive pela própria natureza do conhecimento que produz. Fortes (2012, p. 195-196) também compreende tratar-se da “sistematização de técnicas e conceitos de apuração para a produção de reportagens de fôlego”, marcadas por profundidade e relevância. Contudo, a modalidade jornalismo investigativo ainda enfrenta resistência por parte de jornalistas atuantes nas redações brasileiras que entendem ser investigativo por natureza todo jornalismo, pois a investigação é inerente à atividade.⁶ O jornalismo investigativo é caracterizado por Lage (2017, p. 138) “como forma extremada de reportagem”.

6 Esta ideia encontra respaldo no posicionamento do escritor e jornalista colombiano Gabriel García Márquez. Durante a 52ª Assembleia da Sociedade Interamericana de Imprensa, em Los Angeles, Califórnia, em outubro de 1966, o autor anuncia que “la investigación no es una especialidad del oficio, sino que todo periodismo tiene que ser investigativo por definición” (SEQUEIRA, 2005, p. 15). E parece estar disseminada também entre jornalistas contemporâneos, como se expressa na opinião de Mônica Teixeira: “Investigar é um dos fundamentos do jornalismo, um é inerente ao outro, não se separam nunca” (LOPES; PROENÇA, 2003, p. 170) ou do jornalista Marcelo Canellas, para quem o jornalismo investigativo é um conceito que tem um vício de origem: a redundância (FORTES, 2012).

A reportagem investigativa decorre de um processo que envolve várias etapas, da concepção inicial à publicação e ao seguimento do caso. Estes procedimentos consistem, basicamente, na elaboração de um projeto de viabilidade do tema, estudo aprofundado do assunto, desenvolvimento de um plano de ação, incluindo custos e métodos, apuração documental e com fontes, cruzamento de informações, avaliação final, redação, revisão e, finalmente, publicação (LAGE, 2017; SEQUEIRA, 2005). Nesse sentido, os processos de criação e de produção de uma reportagem investigativa são mais complexos, distinguindo-se de outras modalidades de jornalismo também devido ao método.

Ainda em 1964, o Prêmio Pulitzer, criado em 1917 para reconhecer trabalhos de excelência no jornalismo, literatura e composição musical, passou a ter uma nova categoria, denominada Reportagem Investigativa, contribuindo para a caracterização de uma nova geração de jornalistas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). No Brasil, destaca-se o esforço jornalístico durante todo o governo autoritário na tarefa de descobrir fatos ocultos, como a cobertura do Caso Riocentro (MOLICA, 2005).

Jornalismo investigativo na ditadura militar brasileira

O golpe de Estado civil-militar, levado a cabo entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, inaugurou um dos períodos mais tenebrosos da história recente do Brasil, tendo sido responsável pela instauração de constantes violações no campo dos direitos humanos (MONDAINI, 2009). O período é marcado por um grande retrocesso na cidadania brasileira, devido também aos ataques

à liberdade de imprensa a partir da censura e à repressão a jornalistas e veículos.

Contudo, é possível encontrar reportagens investigativas nas páginas de jornais e revistas brasileiras desde meados dos anos 1970 (SEQUEIRA, 2005). Nesse sentido, destacam-se as produções de mulheres jornalistas naquele período, entre elas as reportagens “A casa dos horrores” e “A torturada fala com o médico da tortura”, publicadas na *IstoÉ*, em 1981. As reportagens renderam o Prêmio Vladimir Herzog daquele ano à Lúcia Romeu, que as assinou com Antônio Carlos Fon. Em relato sobre essas reportagens, Lúcia Romeu conta que teve de esperar quase dez anos para denunciar a existência de uma casa clandestina de tortura mantida pelo Departamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), na cidade de Petrópolis, e o caso de sua irmã, Inês Etienne Romeu, que foi barbaramente torturada, seviciada e estuproada neste local em 1971.⁷ Nascimento (2010) destaca ainda as reportagens vencedoras do Prêmio Esso de 1964 a 1985 e as publicadas na revista *Realidade* (1966-1976) como exemplos contrários à opinião segundo a qual a prática teria surgido no país somente a partir da redemocratização. Mas o autor não trata dessa produção em termos de gênero. Já o estudo de Vieira e Rocha (2016) aponta que, das 20 reportagens agraciadas com o prêmio principal, destinado a consagrar a modalidade de jornalismo investigativo, em apenas uma (em 1983), jornalistas mulheres participaram da equipe responsável. Trata-se da reportagem “O caso Baumgarten” publicada em

⁷ O relato e a primeira reportagem integram a coletânea organizada por Molica (2005), que contempla também outros exemplos de reportagens investigativas publicada à época com grande repercussão.

Veja, naquele ano, e de autoria de Francisco Vargas, Bella Stall, Norma Couri e Leda Beck.

Forjadas no impulso jornalístico somado ao apelo revolucionário das gerações dos anos de 1960 e 1970, publicações da imprensa alternativa, como os jornais *Opinião*, *Movimento*, *Repórter*, *Pasquim*, *Coojournal*, entre outros, cobravam veementemente restauração da democracia e respeito aos direitos humanos (KUCINSKI, 2001), atuando com relevância na resistência à ditadura. Embora nem todos os veículos alternativos produzissem investigações, eram o espaço das vozes dissidentes e de oposição ao sistema ditatorial empenhadas em denunciar perseguições, torturas e mortes.⁸ No cenário de lutas pela resistência inserem-se também os veículos e movimentos feministas que, por meio da imprensa alternativa, buscavam contemplar suas bandeiras na esfera pública, como “as demandas pela cidadania feminina, conjugada com transformações no campo da política” (WOITOWICZ, 2014, p. 105). Dentre as experiências de imprensa alternativa feminista, os jornais *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1987) são citados no fortalecimento de reivindicações feministas,⁹ que também encontravam espaço em outros

veículos alternativos. Jornais feministas eram marcados pela dupla militância,¹⁰ autonomia e contestação à ordem social da época. Embora enfrentasse discursos polêmicos e contradições no campo da comunicação alternativa, a imprensa feminista atuava em conjunto com os demais veículos alternativos, por meio de propagandas mútuas e campanhas de apoio, no sentido de fortalecer esses espaços. Nas situações de tensão, como na luta em favor da democracia durante as ditaduras na América Latina, as mulheres assumiram papel de protagonismo, embora as narrativas predominantes geralmente as invisibilizem. Elas desafiaram a domesticidade imposta pelos discursos ditatoriais e enfrentaram o machismo, o autoritarismo e práticas de violência, tortura e violações contra os próprios corpos (HINER, 2015; SAPRIZA, 2009). No Brasil, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na resistência à ditadura se assemelham às lutas vivenciadas por elas nos países vizinhos (PEDRO; WOLFF, 2011). Nesse sentido, é inegável a importância fundamental e decisiva da participação das mulheres na luta contra a ditadura.

A breve discussão sobre o contexto ditatorial e sua relação com a narrativa jornalística evidenciam que cidadania, poder e política são fatores imbricados em qualquer cenário histórico-social. O confronto político é substancialmente transformado em uma luta de histórias e significados interpretativos (URANGA, 2011), por isso a importância de múltiplas visões sobre os fatos, principalmente quando ocultados pelo autoritarismo.

⁸ Destaca-se também o jornal mensal *EX-* que, além de produzir um jornalismo satírico, era conhecido por suas narrativas fortes e aprofundadas. Foi o único a fazer uma cobertura completa do assassinato do jornalista Vladimir Herzog nos porões do DOI-Codi, em São Paulo, em novembro de 1975, em edição especial.

⁹ Naquela época, várias outras experiências de comunicação alternativa do movimento de mulheres e feministas foram desenvolvidas em diferentes regiões do país, conforme ressalta Woitowicz (2014). A autora registra ainda que, quando a imprensa alternativa surgiu em plena ditadura militar, brasileiras exiladas já participavam desse tipo de experiência em outros países.

¹⁰ A maioria das feministas que atuavam nos jornais *Brasil Mulher* e *Mulherio*, por exemplo, eram militantes oriundas da esquerda (WOITOWICZ, 2014).

Mulheres no jornalismo: um debate sob a perspectiva de gênero

Se hoje a participação das mulheres na história não pode ser negada, nem sempre foi assim. “Uma história ‘sem as mulheres’ parece impossível. Entretanto, isso não existia” (PERROT, 2007, p. 12). Michelle Perrot, uma das precursoras nos estudos sobre a história das mulheres no ocidente, postula que o desenvolvimento desses estudos acompanha o movimento das mulheres em direção à emancipação e à libertação. Desta forma, reconhecer a participação das mulheres na história e historiografia é romper com sua invisibilidade e lhes devolver o protagonismo das próprias trajetórias.

O feminismo foi um incentivo para a mudança e despertou a necessidade de uma “feminização dos saberes” (THÉBAUD, 2009). Se inicialmente talvez se buscasse o mito de uma “natureza feminina”, posteriormente, abriu-se para a pluralidade de concepções sobre gênero. As disputas em torno da área de estudos que se constituiu, o abandono do essencialismo e o desligamento do determinismo biológico marcaram uma nova fase do movimento. Ao longo dos anos e das pesquisas, e com o fortalecimento do campo, o gênero passou a ser reconhecido como culturalmente construído, e não mais como algo dado e determinado biologicamente.¹¹ O movimento feminista alcançou mudanças inclusive no domínio da imprensa. A primeira *imprensa feminina* especializada é a

de moda, no século XVIII (PERROT, 2007). A partir daí, a *imprensa feminista* reivindica o direito das mulheres ao trabalho, à igualdade dos salários, à formação de cooperativas e ao voto, e denuncia a condição de inferioridade das mulheres. “Desde então o jornal faz parte das formas de expressão das mulheres, na França e na maioria os países ocidentais. Ao mesmo tempo, as mulheres ganham acesso a uma profissão que antes era exclusivamente masculina: o jornalismo” (Ibidem, p. 35). Foi o início da conquista por espaços até então de domínio dos homens.

Ao longo dos anos, o jornalismo passou por um processo de feminização acentuada (ROCHA; SOUSA, 2011). Mas ainda há muitas barreiras a serem transpostas. A começar pelo simples respeito à atuação profissional das jornalistas. A violência e o assédio enfrentado pelas profissionais de imprensa foram mapeados em profundidade na pesquisa *Mulheres no Jornalismo Brasileiro*, projeto realizado em 2018 pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a Gênero e Número, com o apoio do Google News Lab. De acordo com a pesquisa, inédita no país, a maioria das respondentes já sofreu algum tipo de abuso de poder por chefes ou fontes.

A equidade de gênero na profissão ainda precisa avançar muito. No Brasil, as mulheres compõem a maioria da categoria profissional: representam 63,7% dos postos de trabalho em jornalismo (36,3% são homens) (MICK; LIMA, 2013). Entretanto, são minoria nos cargos de chefia das redações (PESQUISA..., 2013), numa explícita demonstração de que as relações de poder e de desigualdade permanecem. Além disso,

¹¹ Para mais detalhes, Cf. SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

já foi apontado que a atividade das mulheres jornalistas está mais relacionada à cobertura de assuntos considerados de menor relevância (LEITE, 2015). Nesse sentido, há de se problematizar o que historicamente se construiu como profissionais atuantes no jornalismo investigativo.

Contribuições de mulheres jornalistas à prática investigativa

A materialidade das investigações sobre a ditadura civil-militar no Brasil ilustra, neste artigo, a atuação de mulheres jornalistas dentro de um espaço jornalístico que tradicionalmente as invisibiliza, quando não as ignora. O panorama que apresentamos toma como base 22 livros-reportagem sobre a ditadura publicados no Brasil, entre 1986 e 2017, de autoria de mulheres jornalistas, identificados a partir de um levantamento mais amplo, em uma listagem geral de 125 livros de jornalistas sobre a temática da ditadura.¹² A revisão bibliográfica apresentada neste artigo nos orientou a agrupar os livros-reportagem conforme o tipo de investigação desenvolvidas pelas

¹² O levantamento foi realizado entre julho de 2016 e março de 2019, com o uso de ferramentas de busca (WorldCat; Google Books), acesso a bancos de dados (SciELO Books; Portal Domínio Público; Bibliotecas; Dot.lib), acervos on-line sobre a ditadura militar (*Memórias da Ditadura* e *Memórias Reveladas*), sites de editoras, livrarias, jornais, revistas e livros impressos. Ressaltamos que este levantamento não tem como pretensão contemplar todos os livros-reportagem publicados por mulheres jornalistas sobre casos da ditadura, mas apresentar um panorama geral dessa produção.

repórteres. De acordo com a proposta de Kovach e Rosenstiel (2004), há três tipos de reportagem investigativa: a original, a interpretativa e a sobre investigações. A *reportagem investigativa original* envolve os próprios repórteres na descoberta de atividades desconhecidas do público e pode resultar em investigações públicas oficiais. A *reportagem investigativa interpretativa* transforma algo oculto em de domínio público. Surge como resultado de cuidadosa reflexão, análise e revela novas abordagens. A *reportagem sobre investigações* consiste no acompanhamento de investigações em andamento, quando a investigação não diz respeito a formas de apuração e apresentação de resultados, mas é o próprio tema da reportagem.

Nessa perspectiva, destacam-se como contribuições de mulheres jornalistas as reportagens investigativas originais que trazem casos de violações de direitos humanos na ditadura e histórias até então não reveladas que se tornaram paradigmáticas. É o caso dos livros-reportagem: *A tortura como arma de guerra* (2016), produzido pela jornalista Leneide Duarte-Plon; *Cova 312* (2015), de autoria da jornalista Daniela Arbex; *Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira* (2008), escrito pela jornalista Taís Moraes; e *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha* (2005), de autoria da jornalista Taís Moraes e do jornalista Eumano Silva.

Nas reportagens biográficas, que podem ser caracterizadas como investigativas interpretativas ou originais, são predominantes as histórias de personagens que atuaram na resistência, foram perseguidas,

torturadas e mortas.¹³ Com essa abordagem, destacam-se: *Um homem torturado: nos passos de frei Tito de Alencar* (2014), biografia produzida pelas jornalistas Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles; *Seu amigo esteve aqui: a história do desaparecimento político Carlos Alberto Soares de Freitas: assassinado na casa da morte* (2012), de autoria da jornalista Cristina Chacel; *Eduardo Leite Bacuri: biografia de um guerrilheiro* (2011), de autoria da jornalista Vanessa Gonçalves; *Santo Dias: quando o passado se transforma em História* (2004), biografia assinada pela filha Luciana Dias, pela jornalista Jô Azevedo e pela fotógrafa Nair Benedicto; e *Iara: reportagem biográfica* (1992), produzida pela jornalista Judith Patarra. Observamos também livros-reportagem que trazem histórias biográficas ou perfis de personagens que foram perseguidas durante a ditadura e continuaram suas trajetórias após esse período. É o caso de *Frei Betto: biografia* (2016), de autoria do historiador Américo Freire e da jornalista Evanize Sydow; *Sem liberdade eu não vivo: mulheres que não se calam na ditadura* (2013), escrito pelas jornalistas Suelen Loriany e Laura Beal; *Caio Prado Jr.: um intelectual irresistível* (2007), produzido pela jornalista Maria Célia Wider; *Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat* (2002), escrito pela jornalista Verônica Bercht; *Dom Paulo: um homem amado e perseguido* (1999), biografia produzida pelas jornalistas Evanize Sydow e Marilda Ferri; e *Prestes*

por ele mesmo (1994), de autoria da jornalista Maria Thereza Cavalheiro.

Considerando que o jornalismo investigativo é um elemento de influência transversal aos gêneros e editoriais jornalísticos (FORTES, 2012), optamos por apresentar ainda os livros que podem ser caracterizados como escritos em formato híbrido, diferenciando-se dos estilos geralmente utilizados para apresentar uma investigação jornalística, pela predominância de estratégias literárias para compor a narrativa. É o caso das biografias ficcionais, das autobiografias e das reportagens que se apoiam na memória pessoal e em relatos diversos sobre fatos históricos ocorridos no período, como em: *Volto na semana que vem* (2015), romance autobiográfico da jornalista Maria Regina Pilla; *Almanaque 1964* (2014), da jornalista Ana Maria Bahiana; *Imaculada* (2013), romance histórico sobre a freira Maurina escrito pela jornalista Denise Assis; *Um gosto amargo de bala* (2013), autobiografia da atriz e jornalista Vera Gertel; *1968: eles só queriam mudar o mundo* (2008), de autoria da jornalista Regina Zappa e do jornalista Soto Ernesto, em formato de almanaque; *Anos 70: enquanto corria a barca* (2003), da jornalista Lucy Dias; e *Sombras da repressão: o outono de Maurina Borges* (1998), biografia ficcional da freira Maurina, escrito pela jornalista Matilde Leone.

A partir do levantamento e identificação das reportagens, observamos que a maioria das reportagens caracterizadas como investigativas – originais ou interpretativas – trata de crimes perpetrados pelos agentes do Estado durante a ditadura. Abordam casos de perseguições, torturas, mortes e temas que se impuseram na agenda midiática da época e que seguem

¹³ A linguagem neutra, não binária ou não sexista, sobretudo na linguagem escrita, questiona a padronização da língua ao privilegiar a vogal “o”, que caracteriza o masculino nos substantivos e adjetivos. Os movimentos ligados às questões de gênero têm adotado, em seu lugar, “@”, “e” e “x”. Aqui, adotamos “a” sempre que possível, como no caso das personagens jornalísticas em questão.

constrangendo. Buscamos analisar então as narrativas das reportagens a fim de identificar como as jornalistas produziram as investigações e as contam.

Nesse sentido, a seleção da amostra de livros-reportagem para análise foi feita tendo como critérios: a) reportagens investigativas originais ou interpretativas sobre casos de violações de direitos humanos pelos agentes da ditadura; b) autoria exclusiva de mulheres jornalistas; c) livros-reportagem destacados em premiações. Assim, selecionamos os livros-reportagem *Cova 312*, da jornalista Daniela Arbex, e *Um homem torturado: nos passos de frei Tito de Alencar*, de autoria das jornalistas Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles. Optamos também por incluir na análise a narrativa *Iara: reportagem biográfica*, de Judith Patarra, por ser precursora do chamado “biografismo nativo” (GALVÃO, 2005), cuja origem seria o “resgate da saga de esquerda”. A análise, baseada na leitura dos livros-reportagem selecionados e outros materiais documentais,¹⁴ privilegia quatro movimentos interpretativos propostos por Motta (2013)¹⁵ e é apresentada na forma de resumos-síntese.

¹⁴ Além dos livros, o material documental deste estudo é constituído de entrevistas concedidas pelas autoras à imprensa, pesquisas e artigos em jornais e revistas que abordam os bastidores dessas reportagens.

¹⁵ Motta (2013) propõe sete movimentos interpretativos como procedimentos de análise: 1) a recomposição da intriga ou do acontecimento; 2) a lógica do paradigma narrativa, que trata da organização da história; 3) o surgimento de novos episódios enquanto unidades temáticas que dão vida à história; 4) a revelação do(s) conflito(s) dramático(s), enquanto *frame* estruturador fundamental da narrativa; 5) a caracterização dos personagens, enquanto figuras centrais da narrativa, e papéis a

Histórias de resistência à ditadura em livros-reportagem

Como espaço de mediação dos sentidos que organiza a experiência do tempo e dos acontecimentos que permeiam a existência humana (MEDINA, 1982), a narrativa jornalística reconstrói, a partir de livros-reportagem de mulheres jornalistas, a atuação de diversos personagens na resistência à ditadura, histórias de luta, de vida e de morte. Assim, no primeiro movimento proposto por Motta (2013), *a recomposição do acontecimento*, nota-se o serialismo temático dos livros, que fica evidente pela caracterização dos personagens e pelo modo como a temática surge enquanto objeto de investigação jornalística.

Iara Javelberg é uma das mulheres mais citadas nos registros sobre a luta contra a ditadura militar brasileira.¹⁶ Um dos primeiros trabalhos sobre a personagem foi o da jornalista alemã naturalizada brasileira Judith Lieblich Patarra que mergulhou no universo da ativista política para uma biografia da personagem logo após a abertura democrática. Em entrevistas à imprensa sobre a motivação para a escrita da obra, a biógrafa justifica a escolha pelo papel que entende ter enquanto jornalista, revelando sua compreensão sobre a prática profissional.

Tudo começou com uma conversa com o Alberto Dines a respeito da nossa missão,

eles atribuídos; 6) as estratégias argumentativas utilizadas para produção de efeitos de realidade e estéticos; e 7) a metanarrativa, que diz respeito ao fundo moral e ético da história.

¹⁶ Foi tema de diversos estudos, pesquisas e pelo menos dois documentários: *Em Busca de Iara*, escrito e produzido por sua sobrinha Mariana Pamplona e lançado em 2014, e *Iara, lembrança de uma mulher*, de 1993.

como profissionais, de testemunhar sobre o que vimos e vivemos nessa época. A minha maior preocupação foi reconstruir aquele pedaço da nossa História que não podia ser esquecido (PATARRA, 1992a).

Dines foi convidado por Judith a prefiar a obra e é a primeira pessoa citada nos “Agradecimentos”. Na mesma seção, a autora revela a inspiração para a obra: a leitura do conto “Um caso único de saudade à primeira vista”, assinado por Dines e publicado na coletânea *Posso?* (1972).

O premiado livro-reportagem de Daniela Arbex (2005a) nasce da série de reportagens produzida pela jornalista e publicada na *Tribuna de Minas*, em 2002, tendo como manchete: “Cova 312: fim de um segredo de 35 anos”, também premiada.¹⁷ Nele, é revelada a existência da sepultura de Milton Soares de Castro, único preso político assassinado nas dependências da Penitenciária Regional de Juiz de Fora (MG) durante a ditadura. No livro, a repórter conta a produção da investigação e retoma a história de Milton entremeadada a de outros personagens que passaram pela mesma prisão. A dureza da vida (e da morte) de um revolucionário católico no contexto ditatorial é a tessitura da narrativa de *Um homem torturado: nos passos de frei Tito de Alencar*,¹⁸ das jornalistas Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles.

¹⁷ Daniela Arbex é uma das jornalistas mais premiadas do Brasil, tendo recebido mais de 20 prêmios nacionais e internacionais. A reportagem *Cova 312* conquistou o Prêmio Esso, Categoria Especial Interior, além de outras premiações. O livro obteve o 58º Prêmio Jabuti 2016, 1º lugar Reportagem. Ressalta-se o fato de a jornalista atuar fora do eixo Rio-São Paulo, num jornal aparentemente periférico.

¹⁸ A vida de Frei Tito foi tema de livros, documentários e filmes, dos quais se destaca a obra de Frei Betto

Lançada em 2014 – ano que marcou os 50 anos do golpe militar no Brasil –, a reportagem biográfica desvenda a história de frei Tito de Alencar Lima, religioso dominicano nascido no Ceará em 1945. O esforço para reconstruir os fatos se revela tanto na apresentação dos livros quanto em outros espaços discursivos, onde são descritos os métodos e técnicas jornalísticas empregadas no processo de produção e escrita da reportagem investigativa. A *lógica do paradigma narrativo*, segundo movimento interpretativo proposto por Motta (2013), se desvela pela organização da sequência das ações e dos acontecimentos, bem como pelas conexões entre personagens e incidentes internos às ações.

Em *Iara: reportagem biográfica*, a autora reúne um trabalho de garimpagem, com base num método de investigação sustentado em documentos, livros, jornais e depoimentos. Judith realizou mais de 100 entrevistas na pesquisa da trajetória da psicóloga, professora universitária e militante. O esforço se traduziu na possibilidade de confrontar informações e produzir um material de referência. Na contracapa da obra, a psicanalista Anna Mautner informa que a jornalista passou sete anos pesquisando a vida de Iara. Sem dúvida, o tempo alongado entre a produção da reportagem e o *deadline* para a publicação do livro interferiu na qualidade do conteúdo entregue ao público. Também possibilitou a multiplicidade de fontes consultadas. Para refazer a vida familiar, afetiva e política de Iara, Judith reuniu ainda 16 páginas de fotografias. Os materiais de apoio como recortes de jornais e o diário de Lamarca, utilizados na pesquisa, aparecem

Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella, publicada originalmente em 1987.

em notas de rodapé. Nota-se um esforço por localizar fontes inéditas e contrapor versões, constituindo uma reportagem investigativa interpretativa à medida que sugere novos olhares para o caso.

Em *Cova 312*, o caso do guerrilheiro é o fio condutor da narrativa, culminando com a apresentação de novas descobertas sobre sua morte, oficialmente tratada como suicídio. A jornalista queria esclarecer os motivos que levaram o Exército a esconder o corpo do guerrilheiro e as circunstâncias da morte deste até ser colocado numa cova rasa. Arbex retoma as investigações sobre Milton em 2013, quando surge a ideia do livro. Desde 2002, foram mais de 50 entrevistas realizadas (ARBEX, 2015b). Dentre tantas fontes orais, Arbex entrevistou o irmão e a irmã de Milton, militantes e amigos que estiveram com ele na prisão, médicos do Exército e peritos criminais, ex-policiais responsáveis pelos laudos sobre a morte do guerrilheiro. A repórter garimpou informações e documentos em órgãos públicos, hospitais, cartórios e até no cemitério; fez pesquisas em jornais, livros, revistas; obteve autorização para acessar os arquivos do Superior Tribunal Militar e para fazer cópia dos autos do inquérito instaurado pelo Exército no dia em que Milton foi encontrado morto na cela 30 da Penitenciária de Linhares. Apoiada nas técnicas de imersão e observação direta, a jornalista narra seu acesso ao local. Foi quando teve certeza de que deveria continuar na investigação, apesar das reviravoltas e tentativas de obstrução. Para a biografia de frei Tito, por mais de dois anos, as autoras realizaram entrevistas com 35 pessoas e estiveram em lugares por onde ele passou. Entrevistaram o psiquiatra e psicanalista francês Jean-Claude Rolland,

que tratou de Frei Tito no último ano de vida. Frades dominicanos que conviveram com ele durante seu exílio também deram depoimentos para o livro, assim como a irmã, amigos e ex-guerrilheiros. Duarte-Plon e Meireles (2014, p. 16) destacam que “o livro pretende ser um entre outros testemunhos contra a política deliberada de organização do esquecimento”. No prefácio, Vladimir Safatle enfatiza que a obra é documento importante para o esclarecimento e a compreensão da história recente latino-americana, pois reconstrói contextos históricos, principalmente após a guinada conservadora da Igreja Católica a partir de João Paulo II.

O terceiro movimento proposto por Motta (2013) é o *surgimento de novos episódios*. Trata-se de observar os conflitos e as tensões na narrativa.

Cova 312 desvenda um segredo guardado há mais de 50 anos pelos militares, ao descobrir o paradeiro do corpo de Milton, e desmonta a versão criada pelo Exército, comprova que não se tratou de suicídio, mas, sim, de enforcamento. Ou seja, o guerrilheiro foi torturado e assassinado pelos agentes da ditadura. Com esta reportagem, Arbex reescreve um capítulo da história brasileira, fazendo justiça à memória daqueles que tiveram suas vozes silenciadas.

Destruído nos porões do regime militar, Frei Tito cometeu suicídio em 1974, aos 28 anos, durante seu exílio na França. Contra o silêncio, o livro-reportagem traz descrições minuciosas, feitas por Tito, de sua própria aflição. A tortura havia conseguido quebrá-lo psicologicamente, transformando sua vida em um

inferno de delírios e alucinações, como insinua um de seus poemas, reproduzido por Duarte-Plon e Meireles (2014, p. 41): “Nos dias primaveris, colherei flores para meu jardim da saudade. Assim, exterminarei a lembrança de um passado sombrio”. A assinatura de Tito de Alencar é de 12 de outubro de 1973, mas sua força e sua presença ultrapassam o tempo.

Há de se observar que o trabalho intenso de investigação com várias fontes não representa uma versão definitiva do acontecimento. Com o cuidado de não fazer uma análise anacrônica, no caso de *Iara: reportagem biográfica* a versão adotada pela autora na narrativa biográfica trata a morte da protagonista como suicídio, conforme os relatos divulgados à época. No entanto, esta versão, contestada mais tarde pelos familiares da vítima, também é descartada no documentário *Em busca de Iara* (2014), produzido pela sobrinha dela, Mariana Pamplona, e dirigido por Flavio Frederico. Em 2003, portanto 32 anos após a morte de Iara, sua família obteve na justiça o direito de obrigar o Cemitério Israelita do Butantã a autorizar a exumação dos restos mortais para uma autópsia, quando o corpo foi finalmente retirado da ala dos suicidas. Um laudo atestou que seria improvável que ela pudesse ter feito o disparo que a matou.

Na *construção discursiva das personagens*, quinto movimento interpretativo da análise crítica da narrativa (MOTTA, 2013), o foco reside na construção das *personas*, na *centralidade de seus mundos, dramas e sentidos*, revelados desde os primeiros movimentos de análise.

Em *Iara: reportagem biográfica*, Patarra encontrou os desejos, sonhos e

contradições de uma geração. Em entrevista à jornalista Claudia Giudice, na seção “Páginas Amarelas” da revista *Veja* sobre o lançamento do livro, na edição de 12 de agosto de 1992, Judith diz ter visto em Iara uma personagem “muito mais interessante”, quando questionada sobre o porquê de não ter escolhido biografar Carlos Lamarca, o capitão do exército que aderiu à guerrilha e que foi companheiro de Iara. Apesar de expressar sua identificação maior com Iara, a autora parece recusar o título de feminista. Indagada se a escolha por Iara foi puramente feminista, ela responde que isso seria equivalente a dizer que, se a opção fosse por Lamarca, teria sido uma escolha machista. “A Iara, independente de ser mulher e por isso despertar mais o meu interesse, era uma figura fascinante. Ela não pegou em armas mas teve uma influência decisiva sobre o próprio Lamarca” (PATARRA, 1992a).

Frei Tito é um personagem trágico da resistência, que combateu a ditadura, foi preso, torturado, libertado na troca pelo embaixador suíço e banido do Brasil. A reportagem investigativa interpretativa imortaliza o sofrimento de frei Tito, cuja intensidade ele mesmo lutou para apagar, sem sucesso.

O gaúcho Milton Soares de Castro tinha 26 anos quando seu corpo foi encontrado na Penitenciária de Linhares. O militante foi também o único civil da Guerrilha do Caparaó, (1966-1967), a primeira tentativa de luta armada contra a ditadura no Brasil pós-golpe de 64, estabelecida na Serra do Caparaó, divisa entre Espírito Santo e Minas Gerais. A construção do personagem perpassa a trama narrativa, consolidando ao final o retrato de uma época e das histórias

que constituem o imaginário de sofrimento, como assinala Arbex. Ao ouvir um de seus entrevistados – o irmão do guerrilheiro –, a repórter deu-se conta de que estava junto a uma das milhares de famílias brasileiras que tiveram suas histórias atravessadas pela ditadura. “Centenas de órfãos, pais, mães, esposas e amigos continuam a sofrer por décadas a fio diante dos fatos propositadamente escondidos. Ninguém tem o direito de guardar silêncio sobre crimes contra a Humanidade” (ARBEX, 2015a, p. 341).

Com base nas análises, podemos inferir que os livros alcançam a atmosfera de um tempo: foi assim em *Iara: reportagem biográfica*, com o desvendamento de fragmentos da história não só da personagem, mas do contexto de uma época, também o foi em *Cova 312*, no qual a repórter conta a história de Milton e de outros personagens presos políticos durante a ditadura; bem como em *Um homem torturado*, na narrativa sobre a vida e morte de Frei Tito e de tantos outros marcados pela experiência da prisão, repressão e tortura. Há ainda outros pontos de convergência nas três narrativas estudadas. A intensa coleta de cada repórter na busca por fontes – documentais e em forma de entrevistas – demonstra o esforço de fugir de versões oficiais ou baseadas apenas nas opiniões, mas sustentadas no confronto de versões, a partir de múltiplos ângulos. Assim, os três casos analisados mostram a potencialidade da investigação jornalística na reconstrução de acontecimentos com implicações históricas.

As obras analisadas também estimulam sentidos sobre as distintas formas de tortura. A historiadora norte-americana Lynn Hunt (2009) destaca que seis semanas depois de aprovarem a Declaração

dos Direitos do Homem e do Cidadão,¹⁹ em 10 de setembro de 1789, os deputados franceses extinguiram os usos da tortura como parte de uma reforma provisória do procedimento criminal.²⁰ Na segunda metade do século XVIII houve um avanço repentino no desenvolvimento das práticas culturais. As formas mais extremas de punição corporal começaram a ser vistas como inaceitáveis. Todas essas mudanças contribuíram para uma compreensão de integridade corporal (autonomia) e individualidade empática. A tese defendida pela historiadora é de que o auge do romance epistolar coincide cronologicamente com a consolidação da ideia de direitos humanos, no século XVIII. “Meu argumento depende da noção de que ler relatos de tortura ou romances epistolares teve efeitos físicos que se traduziram em mudanças cerebrais e tornaram a sair do cérebro como novos conceitos sobre a organização da vida social e política” (HUNT, 2009, p. 30). Conforme esse entendimento, novos tipos de leitura criaram experiências individuais (empatia), que por sua vez tornaram possível a emergência de conceitos sociais e políticos (os direitos humanos).²¹ Baseada na ideia de

¹⁹ Aqui, a linguagem excludente demarca que mulheres eram consideradas incapazes ou indignas de plena participação no processo político, assim como crianças, prisioneiros, estrangeiros, escravos, negros livres e minorias religiosas.

²⁰ A tortura supervisionada para extrair confissões permaneceu como dispositivo jurídico na Europa por cerca de cinco séculos até que, de 1760 em diante, inúmeras campanhas levaram à abolição da tortura sancionada pelo Estado (na Europa) e à moderação nos castigos, medidas atribuídas à difusão do humanitarismo pelo Iluminismo (HUNT, 2009).

²¹ A Declaração Universal dos Direitos Humanos consolida essa noção: seu artigo V determina que ninguém será submetido a tortura nem a penas ou

Benedict Anderson,²² para quem os jornais e os romances criaram a comunidade imaginada, Hunt argumenta que a percepção sobre o sofrimento alheio poderia ser denominada “empatia imaginada”. É imaginada, segundo a autora, não no sentido de inventada, mas no sentido de que a empatia requer imaginar que alguma outra pessoa é como você. “Os relatos de tortura produziam essa empatia imaginada por meio de novas visões da dor” (HUNT, 2009, p. 30). Aderimos à perspectiva da historiadora ao expandir essas percepções para os livros analisados que, igualmente, geram novas sensações a quem os lê. A experimentação de variadas técnicas narrativas, bem como provocar a experiência, trazer revelações e imprimir personalidade e detalhe, são características que garantem tal imersão a partir de seus efeitos estéticos. Nesse sentido, Hunt enfatiza que a autonomia e a empatia são práticas culturais e não apenas ideias, e, portanto, são incorporadas de forma bastante literal, isto é, têm dimensões tanto físicas como emocionais.

Considerações finais

Historicamente, o jornalismo tem se consolidado como importante instrumento de construção democrática. A relação entre jornalismo e democracia afirma-se na tarefa

tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

²² Para mais detalhes, consultar: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

de reportar os acontecimentos cotidianos de modo que os cidadãos possam exercer seus direitos (e deveres) de cidadania. O jornalismo investigativo, por sua vez, colabora com esta tarefa de modo intrínseco, pois denuncia, desmascara, expõe, dá a conhecer o que querem ocultar, contextualiza e explicita fatos ou fenômenos ocultos, em função de sua característica de apuração e investigação profundas.

As reportagens investigativas ganham ainda mais visibilidade quando apresentadas em suporte ampliado: os livros-reportagem. No Brasil, as transformações das redações e rotinas produtivas do jornalismo diário levam repórteres de investigação a pensar no livro-reportagem como solução para abordar um tema de forma aprofundada (SEQUEIRA, 2005) e ampliar a compreensão da realidade (LIMA, 1995). No caso do livro-reportagem, as pressões de espaço e tempo impostas pelo jornalismo tradicional deixam de ser uma preocupação direta e permitem maior liberdade e autonomia, priorizando a contextualização.

Neste trabalho, as discussões sobre a investigação jornalística, o uso do livro como suporte e as desigualdades de gênero que atravessam a área, com foco nas reportagens sobre a ditadura militar no Brasil produzidas por mulheres repórteres, corroboram a ampliação dos temas nos estudos de jornalismo investigativo. Ainda que a presença delas na autoria de livros-reportagem sobre a ditadura ainda seja tímida, observamos uma tendência crescente dessa participação nos últimos anos. Dos 22 livros identificados com este perfil, 13 foram publicados na última década (2008-2018), o que indica uma mudança gradual nesse sentido e maior

protagonismo das repórteres mulheres nas investigações jornalísticas sobre o período. No conjunto dos livros escolhidos para o corpus desta análise, buscamos contemplar desde as primeiras iniciativas (PATARRA, 1992b) às mais recentes (ARBEX, 2015a), contribuindo para um possível mapeamento também sobre eventuais mudanças nas práticas.

Nas três obras analisadas, verifica-se o rigor investigativo das repórteres em desvendar contextos e personagens, tendo em vista condições técnicas específicas: as entrevistas foram realizadas, em sua maioria, com grande distância temporal dos episódios originais. Essa característica intensifica a responsabilidade de compreender tais realidades a partir de um mosaico tecido com relatos, impressões e lembranças, e costurados com documentos e observação direta, entre outros procedimentos. Portanto, neste breve panorama, identificamos condições técnicas de investigação, mas não foi possível dimensionar condições sociais para o trabalho destas repórteres, o que reforça a necessidade de pesquisas futuras com o auxílio da técnica de entrevista para averiguar esses dados.

A análise das reportagens investigativas sobre a ditadura militar brasileira ganha ainda mais ênfase e necessidade ao se compreender que o jornalismo pode atuar na valorização da retomada democrática. Num momento em que o Brasil assiste à exaltação de antigos torturadores e à defesa por parte de alguns por uma nova intervenção militar, revisitar essas reportagens é não apenas valorizar o esforço de investigação dessas repórteres, como reforçar o papel da informação e do jornalismo na fiscalização dos poderes e

fortalecimento da democracia. As narrativas estudadas aqui apresentam conexão com a contemporaneidade: as obras são um contraponto urgente ao esquecimento forçado, gerado pelas tentativas de apagamento das marcas e das histórias que a violência destruiu, na medida em que colocam em circulação vozes por tanto tempo silenciadas, estimulando processos de rememoração e ressignificação imprescindíveis para a transformação do presente e do futuro, ao provocar a experiência estética de empatia imaginada. ■

[CÂNDIDA DE OLIVEIRA]

Doutoranda e mestra em Jornalismo (2012) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista Capes. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui/2009).

E-mail: candida.oliveira07@gmail.com

[CRISELLI MONTIPÓ]

Doutoranda e mestra em Jornalismo (2012) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário de União da Vitória (Uniuuv/2005). Professora da Escola de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

E-mail: criselli@gmail.com

[MAGALI MOSER]

Doutoranda e mestra em Jornalismo (2016) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista Fapesc. Especialista em Estudos Literários pela Universidade Regional de Blumenau (FURB/2010). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali/2005).

E-mail: magali.moser@gmail.com

Referências

ABDALLA, Maurício. A democracia no capitalismo. *In*: SOUZA, Robson S.; PENZIM, Adriana M.; ALVES, Claudemir F. (org.). **Democracia em crise**: o Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017. p. 19-41.

AGUIAR, Leonel A. Critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo. *In*: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos P.; FERNANDES, Mario L. (org.). **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2013. p. 219-235.

ALMEIDA, Gabriela C. **A mulher na pesquisa em jornalismo**: teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972-2015). 2018. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

ARBEX, Daniela. **Cova 312**. São Paulo: Geração Editorial, 2015a.

ARBEX, Daniela. Entrevista com Daniela Arbex, autora de Cova 312. **Geração Editorial**, São Paulo, 22 jun. 2015b. Disponível em: <http://geracaoeditorial.com.br/entrevista-com-daniela-arbex-autora-de-cova-312/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BERAS, César. **Democracia, cidadania e sociedade civil**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

BONAMIGO, Rita I. **Cidadania**: considerações e possibilidades. Porto Alegre: Dacasa, 2000.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. Cidadania e direitos: aproximações e relações. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 7-25.

CHAMBERS, Deborah. A globalização das agendas de mídia: a produção de jornalismo. *In*: BURGH, Hugo de (org.). **Jornalismo investigativo**: contexto e prática. São Paulo: Roca, 2008. p. 119-137.

COSTA, Jessica G. **Jornalismo feminista**: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. 2018. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986.

DUARTE-PLON, Leneide; MEIRELES, Clarisse. **Um homem torturado**: nos passos de frei Tito de Alencar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FORTES, Leandro. Investigação jornalística de encomenda e a extinção dos intelectuais nas redações brasileiras. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel (org.). **Reportagem, pesquisa e investigação**. Florianópolis: Insular, 2012, p. 193-202.

GALVÃO, Walnice N. A voga do biografismo nativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 351-366, 2005.

HINER, Hillary. “Fue bonita la solidaridad entre mujeres”: género, resistencia, y prisión política en Chile durante la dictadura. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 867-892, 2015.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1986.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução Wladir Dupont. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

LAGO, Cláudia. Silêncios, potencialidades e desafios da pesquisa em Jornalismo. [Entrevista cedida a] Janara Nicoletti, William R. Cordeiro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 109-115, 2016.

LEITE, Aline T. **Profissionais da mídia em São Paulo**: um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LIMA, Edvaldo P. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Unicamp, 1995.

LOPES, Dirceu F.; PROENÇA, José L. (org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Tradução Cláudia Schilling, José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MELO, Seane A. Da grande reportagem ao escândalo político: os percursos do jornalismo investigativo no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM JORNALISMO INVESTIGATIVO, 2., 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Abraji, 2015. p. 1-5.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel (org.). **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MOLICA, Fernando (org.). **10 reportagens que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOTTA, Luiz G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília, DF: Editora Unb, 2013.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

PATARRA, Judith. História revisitada. [Entrevista cedida a] Claudia Giudice. **Veja**, São Paulo, ago. 1992a. Seção Páginas Amarelas.

PATARRA, Judith. **Iara: reportagem biográfica**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992b.

PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S.; VEIGA, Ana M. (org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, p. 19-43.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PESQUISA constata que maioria dos jornalistas é mulher e ganha até cinco salários mínimos. **Federação Nacional dos Jornalistas**, Brasília, DF, 2 abr. 2013. Disponível em: <http://fenaj.org.br/pesquisa-constata-que-maioria-dos-jornalistas-e-mulher-e-ganha-ate-cinco-salarios-minimos-2/>. Acesso em: 8 maio 2018.

REPORTERS SANS FRONTIERS. **Brésil**. Paris: Reporters sans Frontier, 2016. Disponível em: <https://rsf.org/fr/bresil>. Acesso em: 23 abr. 2019.

ROCHA, Paula M.; SOUSA, Jorge P. O mercado de trabalho feminino em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil. **Impulso**, Piracicaba, v. 21, n. 51, p. 7-18. 2011.

SAPRIZA, Graciela. Memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). **Deportate, Esuli, Profughe**, Venezia, n. 11, p. 64-80, 2009.

SEQUEIRA, Cleofe M. **Jornalismo investigativo**: o fato por trás da notícia. São Paulo: Summus, 2005.

THÉBAUD, Françoise. Políticas de gênero nas Ciências Humanas: o exemplo da disciplina histórica na França. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 21, p. 33-42, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012. 1 v.

UNESCO; REPORTEROS SIN FRONTERAS. **Manual de seguridad para periodistas**: guía práctica para reporteros en zonas de riesgo. Paris: Unesco, 2017. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002439/243988s.pdf>. Acesso em: 8 maio 2018.

URANGA, Washington. Investigación, poder y política: una mirada desde el periodismo. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco J. (org.). **Jornalismo investigativo e pesquisa científica**: fronteiras. Florianópolis: Insular, 2011. p. 139-156.

VEIGA, Marcia V. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VIEIRA, Anna V.; ROCHA, Paula M. A participação das mulheres no jornalismo investigativo brasileiro: um recorte histórico no Prêmio Esso de Jornalismo no período de 1964 a 1985. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 6., 2016, Ponta Grossa. **Anais** [...]. Ponta Grossa: UEPG, 2016. p. 1-14.

WOITOWICZ, Karina J. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 104-117, 2014.